

Kharolinne Miguel de Souza

**A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS DE
ZERO A SEIS ANOS E SUAS IMPLICAÇÕES NEGATIVAS
NA APRENDIZAGEM ESCOLAR:
um ensaio acadêmico**

Brasília

2021

Kharolinne Miguel de Souza

**A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS DE ZERO A
SEIS ANOS E SUAS IMPLICAÇÕES NA APRENDIZAGEM
ESCOLAR:
um ensaio acadêmico**

Trabalho Final de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da professora Dra. Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire.

Brasília

2021

Ensaio monográfico de autoria de Kharolinne Miguel de Souza, matrícula 14/0024671, intitulado “A violência intrafamiliar contra crianças de zero a seis anos e suas implicações na aprendizagem escolar: um ensaio acadêmico”, apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade Brasília, em 12/07/2021, defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinalada:

Professora Dra. Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire – Orientadora
Faculdade de Educação, Universidade Brasília

Professor Dr. Rodrigo Matos de Souza – Examinador
Faculdade de Educação, Universidade Brasília

Professora Dra. Andréia Mello Lacé – Examinadora
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília

Professora Dra. Alia Maria Barrios González – Suplente
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília

Brasília
2021

Dedico esse trabalho a todas as pessoas que direta e indiretamente me motivaram a escrever sobre este tema.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer as professoras Catarina Almeida e Andreia Mello que me acolheram no projeto 3, por terem me escutado e me apoiado quando eu me sentia perdida no curso.

Ao professor Rodrigo Matos que me incentivou a escrever sobre o que tinha acontecido comigo como uma forma de dar outro olhar sobre as violências que vivenciei no ambiente familiar, tanto dos abusos sexuais quanto da violência física e psicológica.

Sou grata também à professora Sandra Ferraz por me acolher quando a procurei e contei sobre os abusos sexuais que havia acontecido comigo. A ela perguntei como poderia usar da minha história no curso de pedagogia e transformar em algo importante na minha formação. Então, trabalhamos esse olhar no estágio docente e na pesquisa. Sob a sua orientação, tive a oportunidade de acompanhar uma das orientandas do mestrado, a Vanessa Santos, em sua pesquisa com meninas vulneráveis de uma escola pública, que também enfrentavam diferentes formas de violência doméstica. Por isso, e além disso, seu acolhimento foi fundamental, pois me trouxe a possibilidade de ressignificar a minha experiência a partir do contato com outras pessoas que igualmente sofriam violência, mas ainda não as via como tal.

Sou grata a essas experiências e à força interior que emergiu delas. Foi graças aos meus esforços em enfrentar algo que por muito tempo me consumia por dentro, que cheguei até aqui. Conseguir externalizar uma das inquietações mais profundas e, depois de tanto relutar, transformá-la em uma ferramenta de crescimento. Assim, cheguei aqui, encarei o desafio de escrever sobre esse assunto, me aprofundei e finalizar este trabalho com um debate necessário para a vida das pessoas, e imprescindível, para a formação em pedagogia.

“Só é possível ensinar uma criança a amar, amando-a”

Johann Goethe

RESUMO

Souza, Kharolinne Miguel. **A violência intrafamiliar contra crianças de zero a seis anos e suas implicações na aprendizagem escolar: um ensaio acadêmico.** Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

A mídia tem veiculado casos de violência contra crianças, incluindo morte por agressões cometidas por membros da família, que revelam que a violência intrafamiliar não está presente apenas em lares de famílias de baixa renda e de pouca escolarização. A violência intrafamiliar envolve atitudes agressivas no ambiente familiar que são justificadas pelos por um ou mais membros como correções de comportamentos não aceitáveis praticadas contra outro ou outros membros. Além das agressões de cunho corretivo, a violência sexual no âmbito familiar também é recorrente. Este estudo ensaístico objetiva explorar como a violência intrafamiliar contra a criança pode estar implicada nos processos de escolarização à luz da Psicologia do Desenvolvimento Humano, a qual concebe os processos de mudança em seus aspectos físico, cognitivo e socioafetivo de forma sistêmica. Aborda-se, ainda, a construção social da infância por Phillipe Ariés (1979) e os olhares sobre a criança como indivíduo em desenvolvimento na Neurociência Cognitiva, mas especificamente por Crespi (2021) e Cuminale (2015). Assim, este trabalho realiza uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo exploratório no âmbito das publicações divulgadas a partir de veículos regulatórios sobre o assunto, como a Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, e publicações de amplo alcance por meio da mídia digital. Tem como objetivo analisar as variadas formas e conceitos de violência contra crianças a no contexto da família mediante comparação dos documentos regulatórios e das ilustrações de casos extraídos da mídia. Discutiu-se especificamente a violência intrafamiliar, pois ela é um mal que assola famílias, independente de classe social, etnia, cultura, país. Por meio deste estudo, evidenciou-se o quanto é prejudicial à criança vivenciar de forma constante a violência no ambiente familiar. Destacou-se a importância da escola como contexto de acolhida. Por fim, ao considerar que toda forma de violência é, fundamentalmente, psicológica, optou-se por enfatizar o aspecto afetivo e simbólico dos abusos físicos, emocionais e sexuais. Pois, não existe violência física sem consequências profundas no sistema emocional e psíquico do ser humano.

Palavras-chave: violência intrafamiliar; primeira infância; desenvolvimento humano; escolarização.

ABSTRACT

Souza, Kharolinne Miguel. **Intrafamily violence Against 0-6 years old children and its implications in school learning: an academic essay.** Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

The media has reported cases of violence against children, including death from assaults committed by family members, which reveal that intrafamily violence is not only present in low-income and low-school families. Intrafamily violence involves aggressive attitudes in the family environment that are justified by one or more members as corrections of unacceptable behaviors practiced against another or other members. In addition to corrective aggression, sexual violence in the family environment is also recurrent. This essay aims to explore how intrafamily violence against the child may be involved in the processes of schooling in the light of The Psychology of Human Development, which conceives the processes of change in its physical, cognitive and socioaffective aspects in a systemic way. It also addresses the social construction of childhood by Phillipe Ariés (1979) and the views on the child as an individual in development in Cognitive Neuroscience, but specifically by Crespi (2021) and Cuminale (2015). Thus, this paper conducts bibliographical research of exploratory qualitative character in the scope of publications published from regulatory vehicles on the subject, such as the World Health Organization and the Ministry of Health, and publications of wide reach through digital media. It aims to analyze the various forms and concepts of violence against children in the family context by comparing regulatory documents and illustrations of cases extracted from the media. Intrafamily violence was specifically discussed, as it is an evil that plagues families, regardless of social class, ethnicity, culture, country. Through this study, it was evidenced how harmful it is for the child to constantly experience violence in the family environment. The importance of the school as a welcoming context was highlighted. Finally, considering that every form of violence is fundamentally psychological, we chose to emphasize the affective and symbolic aspect of physical, emotional and sexual abuse. For, there is no physical violence without profound consequences in the emotional and psychic system of the human being.

Keywords: Intrafamily violence; Early childhood; Human Development; Schooling

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PARTE I - MEMORIAL EDUCATIVO	
Uma breve história	12
PARTE II - ENSAIO	
INTRODUÇÃO.....	14
A criança como sujeito histórico	17
Da proteção à criança.....	19
A violência intrafamiliar contra a criança.....	22
As possíveis implicações negativas da violência intrafamiliar contra crianças na aprendizagem escolar	23
REFLEXÕES FINAIS	26
III PARTE – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

APRESENTAÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso se constitui um exercício ensaístico sobre a violência intrafamiliar contra criança de zero a seis anos e suas implicações na aprendizagem escolar. Figueiredo (2012) refere-se ao ensaio acadêmico como um recurso que contempla em si as regras da escrita científica com os interesses referentes à trajetória de cada indivíduo, desse modo “o ensaísta não tem como meta convencer seu interlocutor. Seu alvo é explicar um juízo de valor, por meio da reflexão de fatos que fazem parte do seu contexto e da sua historicidade, com um viés subjetivo.” (Figueiredo, 2012, p.3)

Desse modo, o documento se divide em três partes conforme a normativa do Projeto Político pedagógico do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília: (1) parte I, memorial: uma sucinta autobiografia; parte II, o ensaio: com a introdução e o desenvolvimento do tema subdividido em cinco tópicos, sendo eles: a contextualização da criança como sujeito histórico; leis que provam a proteção da criança; a violência intrafamiliar contra a criança; as possíveis implicações negativas da violência intrafamiliar contra crianças na aprendizagem escolar e as considerações finais; (3) e a parte III, que contém as perspectivas profissionais e as referências.

PARTE I

MEMORIAL EDUCATIVO

Uma breve história

Eu, Kharolinne Miguel de Souza, nasci no dia 15 de outubro de 1995, na Região Administrativa II - Gama do Distrito Federal. Antes de se chamar região administrativa, esse território tinha uma subdivisão conhecida como cidades satélites, por terem sido pensadas inicialmente como cidades dormitórios para abrigar as pessoas que vinham para ajudar na construção de Brasília: “elas não têm autonomia política, e por isso, são dirigidas por administradores nomeados pelo governo local (...)” NOVA ESCOLA (2009, n.p).

Meu pai é concursado público, no cargo de secretário escolar, minha mãe dona de casa e após alguns anos conseguiu se formar e hoje é professora temporária em Valparaíso de Goiás. Casaram-se em 1994, minha mãe na época tinha dezoito anos e meu pai vinte e cinco anos. Namoraram por seis meses e se casaram ao descobrir que minha mãe estava grávida. Além disso, ela estava no último ano do ensino médio. Em novembro de 1994, o primeiro filho nasceu; em outubro de 1995, eu nasci; em julho de 2001 nasceu outra filha; já, o caçula, nasceu em março de 2006. Lembro que antes de entrar na escola pública frequentei uma creche perto de casa que se chamava “Piu-Piu”. Após essa fase da creche, frequentei os primeiros anos do jardim em outra escola particular, a “Ludovico Pavoni”, localizada no Setor Leste, área industrial do Gama - DF. Quando entrei na escola pública passei a frequentar a Escola Classe 01 do Gama, Borges (2009, n.p) “de acordo com os planos de Anísio Teixeira, a escolarização no Distrito Federal começaria no Jardim de Infância, para as crianças de 4 a 6 anos, e continuariam na escola classe, frequentado por alunos de 7 a 14 anos”

A cena do primeiro dia de aula na escola pública ficou guardada nas lembranças e agora ao pensar sobre esse tempo me recordo de ter presenciado várias crianças chorando, um choro estridente, na porta da sala porque não queriam entrar para a aula. Na verdade, elas pretendiam voltar com a mãe para casa enquanto que eu sentada na carteira, lembro-me de olhar em volta e me sentir encantada, curiosa com o que iria acontecer ali, me sentia bem de estar naquele lugar e não entendia por que aquelas crianças choravam daquele jeito.

Com o passar do tempo, eu ainda gostava de ir para a escola, mas passei a não me interessar muito pelos conteúdos, tornei-me uma aluna de notas baixas, na maioria das vezes tirava só a nota mínima para ser aprovada nas matérias. Ficava a maior parte do tempo triste no ensino fundamental II. Assim, acabei sendo a aluna que sentava no fundão, de poucos amigos, de nota média, ou seja, que poucas vezes conseguia tirar nota acima de sete nas matérias. Tive apenas duas amigas que conheci na sexta série, a Juliana e a Greiciele, nossa amizade durou até o ensino médio.

Ingressei no ensino superior logo após finalizar o ensino médio, me formei em 2013, recebi a notícia que havia passado para o curso de pedagogia no final do ano. No primeiro semestre de 2014, me matriculei no curso.

As experiências no curso de pedagogia foram bem desafiadoras, pois quando comecei a cursar não sabia se era esse o curso que queria realmente fazer, enfrentei alguns medos como o de falar em público, expor minhas opiniões. Acreditei por muito tempo que não merecia estar fazendo um curso em uma universidade pública sendo que meus pais não tiveram a mesma oportunidade.

Quando estava cursando o terceiro semestre queria tentar entrar em outro curso, não estava conseguindo achar algo que me identificasse com a pedagogia. Conversei com algumas pessoas da família, com alguns colegas que havia conhecido na universidade e então descobri que havia a possibilidade de mudança interna, não precisaria fazer vestibular novamente, mas tinha que fazer 50% do curso de origem e depois as matérias da graduação escolhida. Mas acredito que de tanto pensar se queria mudar ou não acabei desistindo da ideia.

No início do quinto semestre, eu saí de casa sem falar nada para ninguém, só peguei umas roupas, pedi ajuda para um amigo e saí, não cursei o semestre. Nesse tempo, acabei conhecendo um menino, começamos a nos relacionar e um mês depois a gente foi morar junto. Eu tentei voltar para o curso, mas não deu certo, comecei a trabalhar em um mercado e acabei priorizando o trabalho para conseguir me sustentar. Tranquei o primeiro semestre de 2016, abandonei o outro, em 2017 voltei para a casa dos meus pais, mas só retornei à faculdade no segundo semestre do mesmo ano. Não fiz muitos amigos, pois não mantive contato com algumas pessoas que conheci no primeiro semestre.

No entanto, quando cursei a matéria de Políticas Públicas na Faculdade de Educação, conheci a professora Catarina, logo depois pedi para ser matriculada na matéria de projeto 3, já que estava com a disciplina pendente e a professora estava oferecendo. Embora, não

tivesse ideia de que naquele momento eu iria me encontrar dentro do curso. Em um dia de reunião do projeto 3, eu verbalizei que havia passado por situações de abusos sexuais quando criança, então a professora Catarina e a Andreia me acolheram, me escutaram e passaram números de possíveis locais de atendimento psicológico por um custo social abaixo do mercado.

A partir desse momento, eu me interessei mais pelo curso, queria saber como a minha história poderia ser aproveitada na minha graduação, o que eu poderia fazer com aquele fato que acabara de verbalizar. Então, um tempo depois, cursando a disciplina de Escolarização de Jovens e Adultos, escrevi um artigo contando um pouco do que eu lembrava, ou seja, como era a minha vivência com meus pais dentro de casa, das cenas embaraçosas dos abusos sexuais.

Mas só falar sobre o que aconteceu comigo não me deixava conformada, eu queria entender como aquilo me afetou, por ter conseguido contar pra alguém só aos 22 anos de idade. Assim, por querer saber mais, eu percebi que não era só eu ou algumas pessoas que haviam também passado por isso, mas que existem milhares, tanto meninas quanto meninos, em outros países, em outras cidades, isto é, crianças desde a mais tenra idade até a fase adulta. Desse modo, compreendi que não é um problema que começou em mim, mas é algo que está culturalmente inserido nas várias épocas e momentos da história.

Então queria entender essa violência sobre a perspectiva da psicologia e por buscar esse olhar reencontrei a professora Sandra, contei sobre os abusos e perguntei a ela o que eu poderia fazer com essa história no curso de Pedagogia. Ela indagou se eu queria acompanhar uma aluna sua do mestrado em uma pesquisa de campo que ela estava fazendo com meninas da escola pública do Paranoá-DF. Durante a pesquisa, eu filmava as atividades realizadas pela Vanessa e percebi que as quatro meninas, entre 12 e 13 anos, tinham vivenciado ou conviviam com algum tipo de violência física, psicológica. Houve suspeitas, inclusive, de que uma das meninas possivelmente estivesse passando pela violência sexual, no entanto, esse fato não foi confirmado.

Por fim, quando comecei a refletir sobre o tema do trabalho de conclusão de curso queria falar sobre violência sexual contra crianças, pensei que seria difícil pesquisar especificamente os abusos sexuais. Por isso, pensei em falar das violências de forma geral, mas foi mais complicado estudar sobre os outros tipos de violência, tais como: a psicológica e a física, visto que a partir desses estudos percebi que o que acontecia dentro de casa eram os outros tipos de violência. Isto é, os abusos físicos perpetrados pelo meu pai quando toda

vez que eu ou os meus irmãos fazíamos algo de errado, pois ele sempre pegava o cinto e batia muito, até as pernas ficarem inchadas. Não havia conversa e a mãe não interferia quando ocorria as agressões.

Além do mais, o curso me proporcionou um espaço de fala e entendimento sobre alguns aspectos a respeito dos abusos sexuais que sofri por um tio quando criança e sobre o que ocorria dentro de casa que me questionei por tantos anos. Questionamentos sobre a dinâmica familiar de um pai austero, impositor de ordens e de uma mãe que se calou diante de seus comportamentos para garantir a seus filhos uma “família” e recursos materiais, pois quando se casou ainda estava terminando o ensino médio. O curso me fez entender como essas violências afetaram o meu desenvolvimento e o quanto é desafiador enfrentar essas questões sem apoio da família.

PARTE II

ENSAIO

A violência intrafamiliar contra crianças de zero a seis anos e suas implicações na aprendizagem escolar

Introdução

Segundo o Ministério da Saúde (2002, p.15), a violência intrafamiliar se diferencia da violência doméstica, a primeira se caracteriza como ações direcionadas ao outro, causando lesões ao seu corpo físico e ao psicológico, além de interromper o seu desenvolvimento. A segunda forma de violência ocorre ao “incluir outros membros do grupo, sem função parental que convivam no espaço doméstico (...)”. Assim, a violência intrafamiliar acontece em graus que se alternam desde atos leves aos mais severos, embora, as duas condutas aconteçam de modo recorrente e possa vir a ocorrer o óbito.

Os atos agressivos na violência intrafamiliar, segundo o Ministério da Saúde (2002, p.16-20) dão-se pelas condutas subsidiadas por meio das dinâmicas “(...) de subordinação-dominância.”. Desse modo, caracterizam-se como a violência física que oscila entre “tapas, empurrões, (...) a estrangulamentos, lesões por armas ou objetos, amarrar, arrastar (...)”. Já, a violência sexual, é compreendida pela ação de alguém que se utiliza de sua posição de poder para comporta-se de maneira inadequada ignorando o poder de escolha do outro, assim impõe desde “carícias não desejadas (...) exposição obrigatória à material pornográfico (...)” ao estupro; a violência psicológica quando há a (...) “insultos constantes, humilhação, desvalorização, chantagem (...)” entre outros.

No caso do menino de quatro anos Henry Borel, sofreu de modo simultâneo a violência física, no seu aspecto mais crítico, e a psicológica, cometida pela mãe, ao se omitir sobre as agressões. Esse fato ocorreu, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, repercutindo na mídia pela forma como a morte da criança foi declarada, ou seja, com 23 lesões internas. Os suspeitos desse ato trágico são seu padrasto Dr. Jairo e sua mãe, Monique Medeiros, por ter omitido informações sobre as agressões ocorridas dentro da casa em que os três moravam (VEJA, 2021, n.p).

Desse modo, o tema deste trabalho - A violência intrafamiliar contra crianças de zero a seis anos e suas implicações negativas na aprendizagem escolar - baseia-se na urgência de falar sobre o assunto, especificamente na relação que o tema tem com a educação, pois a escola é o outro lugar em que a criança passa mais tempo depois da família, mesmo que o recinto do lar devesse ser um lugar de proteção. No entanto, Reinach, Burgos (2021, p.221) aponta que

83% dos estupros de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos são perpetrados por outros autores conhecidos da vítima. Além disso, mais de 60% destes crimes ocorrem nas residências das vítimas. E quando se trata de crianças de 0 a 4 anos, esse percentual chega a 70%. As mortes violentas intencionais de crianças de 0 a 4 anos, em 43% dos casos ocorrem também nas residências (...). Entre as vítimas de 0 a 4 anos, 80% tinham agressores conhecidos. Ou seja, esses crimes ocorrem em circunstâncias muito conhecidas das crianças, dentro de casa.

Abordar o tema sobre a violência intrafamiliar e quais as possíveis implicações negativas que advêm desses atos, quando não geram consequências trágicas como a criança ir a óbito é importante devido ao grande número de denúncias. Dessa forma, Brasil (2021), ou seja, os registros do Disque 100 (2019, p.35) “registrou em 2019 um total de 86.837 denúncias (...) 14% a mais do que no ano de 2018 (...)”, sendo a negligência o mais alto índice de denúncia “(...) com 38% seguido da violência psicológica 23%, violência física 21%, sexual 11% (...)”. No entanto, Santos et.al (2019, p.142) relata que funcionários do conselho tutelar encontram dificuldades para a identificação da violência, pois quando “(...) o agressor é um integrante da família, é comum que a criança negue a situação de violência (...)”, outro aspecto da dificuldade é o fato da violência física e psicológica serem aceitas culturalmente, sendo assim, “(...) as famílias não se percebem como agressoras, pois acreditam que as punições fazem parte do processo de educação da criança.”.

A partir dessas considerações, constituiu-se o objetivo geral do presente trabalho: verificar quais as implicações negativas da violência intrafamiliar nas crianças. Como objetivos específicos podem ser elencados:

- Contextualizar a criança como sujeito histórico e de direito;
- Identificar e conceituar quais são os tipos de violência intrafamiliar;
- Identificar e analisar os efeitos negativos da violência intrafamiliar contra as crianças de zero a seis anos na aprendizagem escolar.

Foi utilizada a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e exploratório analisando textos que abordavam sobre a violência infantil junto à violência intrafamiliar, além disso, verificaram-se as leis de proteção à criança buscando contextualizar a criança na história. Utilizou-se as seguintes plataformas para pesquisar: o Google Acadêmico, a CAPES e Scielo, com os descritores, violência infantil, violência intrafamiliar, primeira infância.

Desse modo, o trabalho está dividido em cinco tópicos, sendo eles: a criança como sujeito histórico que versa sobre como ela foi vista ao longo da história; as leis que provam a proteção da criança. Esse tópico aborda a legislação brasileira que reconhece a criança como um sujeito de direito. Já, o tópico sobre a violência infantil aborda o que é violência intrafamiliar e conceitua os tipos de violência; as implicações negativas da violência intrafamiliar contra a criança versam sob o olhar da neurociência, isto é, como a violência pode gerar consequências para a criança e por fim as considerações finais.

A criança como sujeito histórico

O termo “criança” no dicionário Aurélio *on line* de português, possui as seguintes definições: “menino ou menina que está no período da infância, entre o nascimento e a puberdade”. Outra definição apresentada no mesmo dicionário refere-se ao sentido figurado da palavra: “pessoa sem experiência, que é ingênuo e inocente”.

A etimologia da palavra infância tem sua origem do latim, como Pagni (2010, v.35, p.100) exemplifica: “infantia, do verbo *fari*, falar - especificamente, de seu particípio presente *fan*, falante e de sua negação *in*”. Desse modo, segundo Castro (2010,n.p), “no interior da tradição filosófica ocidental, não ter linguagem significa não ter pensamento, não ter conhecimento, não ter racionalidade. Nesse sentido, a criança é focalizada como um ser menor, alguém a ser adestrado, a ser moralizado a ser educado”.

Áries (1978, p. 50-61) expõe como a realidade infantil se apresentava no contexto europeu, versa inicialmente que nos tempos medievais “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la”. Desse modo, era mais comum denominar as crianças de mini adultos, assim como, no séc. X e XI no cenário de uma guerra não se poupava a vida de um ser pequeno no campo de batalha, pois se entendia que essa fase era passageira e as memórias logo eram esquecidas.

Áries (1978, p. 62) também explana que nos séculos quinze e dezesseis as crianças foram representadas nos quadros com suas famílias em situações cotidianas, mas não como uma maneira de representar a infância como a conhecemos atualmente no Séc. XXI, mas sim, como uma forma “de que na vida cotidiana as crianças estavam misturadas com os adultos (...) a ideia de que os pintores gostavam especialmente de representar a criança por sua graça (...) e coincidiu com o sentimento da infância ‘engraçadinha’.”

Logo, “embora as condições demográficas não tenham mudado muito desde o século XIII ao XVII, embora a mortalidade infantil tenha se mantido num nível muito elevado”(Ariés, 1979, p.65) começa a surgir o sentimento de cuidado com esses seres pequenos. Um dos exemplos relatados é a preocupação em vaciná-los contra varíola. Mas foi somente no séc. XVII que o sentimento de infância passou a ser reconhecido, assim, passou-se a representar crianças sozinhas em pinturas, suas vestimentas foram se adequando ao seu tamanho e os lugares diferenciados aos espaços comumente tidos como de adultos, tais como: a escola. No entanto, não houve diferença das roupas para as meninas, visto que os meninos depois de certa idade passaram a usar calça.

No Brasil, no recorte do período colonial já estabelecido o sistema escravocrata, segundo Mattoso (1988, v.8, p. 37-55), existia a diferença de incumbências no âmbito econômico da sociedade quando se tratava das crianças, “a criança branca livre e até mesmo a criança de cor livre podem ter seu prazo de ingresso na vida protelado, enquanto a criança escrava, que tenha atingido certa idade, entra compulsoriamente no mundo do trabalho”. A mesma autora aborda que existem dois momentos diferentes para a faixa etária das crianças incluindo as crianças negras e mestiças

(...) de zero aos sete para oito anos (...) são crianças novas, geralmente sem desempenho de atividades de tipo econômico; dos sete para os oitos anos até os doze anos de idade os jovens escravos deixam de ser crianças para entrar no mundo dos adultos, mas na qualidade de aprendiz (...)

“(...) Para a igreja, aos sete anos a criança adquire foro de adulto: de ingênuo torna-se alma de confissão. Por sua vez, na sua parte de direito civil, o Código Filipino mantido em vigor durante todo o século XIX, fixava a maioria aos 12 anos para as meninas, e aos 14 anos para os meninos.¹

Uma vez que o código penal tem como função punir atitudes consideradas prejudiciais “à ordem pública e social, ou seja, é interesse e obrigação do Estado punir as pessoas que vierem a cometer algum crime” (Politize, 2019). As crianças mais velhas por

¹ “As Ordens Filipinas resultaram da reforma feita por Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal), ao Código Manuelino, durante o período da União Ibérica. Continuou vigente em Portugal ao final da União, por confirmação de D. João IV. Até a promulgação do primeiro Código Civil brasileiro, em 1916 (...) (Senado Federal, s.d)

não serem diferenciadas de um adulto recebiam punições judicialmente semelhantes. Westin (2015, n.p) em “1890 (...) crianças podiam ser levadas aos tribunais a partir dos nove anos”, no ano de “(...) 1915, o jornal carioca *A Noite* (...)”, anunciou a prisão de um menino aos 12 anos de idade por furtar dinheiro em uma residência; outro caso de um menino preso em 1926:

O Jornal do Brasil revelou a estarrecedora história do menino Bernadino, de 12 anos, que ganhava a vida nas ruas do Rio como engraxate. Ele foi preso por ter atirado tinta num cliente que se recusara a pagar pelo polimento das botinas. Nas quatro semanas que passou trancafiado numa cela com 20 adultos, Bernadino sofreu todo tipo de violência.

Logo, a atitude de punir as crianças da mesma forma com que se punia um adulto foi modificada ao longo do tempo até surgir o Código de Menores de 1927. Nesse documento, ficou estabelecido que a prisão de crianças e adolescentes fosse proibida. Ou seja, a maioridade penal seria de 18 anos de idade, desse modo, os menores teriam que receber o que chamamos hoje de medidas socioeducativas (Westin, 2015, n.p). Dessa forma, a “invisibilidade” referente à criança e/ou a infância perdurou durante a história e se mantém nos cenários em que a violência infantil se faz presente.

Da proteção à criança

Atualmente repercute o caso do menino Henry Borel Medeiros que ocorreu no Rio de Janeiro em março de 2021, quando Monique Medeiros junto ao vereador Dr. Jairo Souza, vulgo, Jairinho, padrasto de Henry, chegou ao hospital com a criança já morta. “A necropsia apontou 23 pontos de lesão no corpo da criança e indicou que a morte de Henry foi provocada por hemorragia causada por uma ação contundente no fígado” (JORNAL NACIONAL, 2021).

Nas investigações sobre o caso, apontou-se que o padrasto da criança a agredia de forma recorrente. De acordo com as evidências encontradas nas mensagens trocadas entre a babá e a mãe de Henry, em uma delas “a cuidadora relatou que Henry lhe disse que Dr. Jairinho o pegou pelo braço, lhe deu uma rasteira e, depois, um chute (...) ficou mancando” (LANG, 2021, s/p).

Diante desse acontecimento, surgem questionamentos sobre a falta de percepção do pai diante das violências que seu filho vinha sofrendo e se houve a percepção, por que os mecanismos legais criados exatamente para a proteção da criança não foram procurados?

Tendo em vista que tais leis são disponibilizadas na internet e de fácil acesso à maior parte da população, o que impediria a procura por elas?

Na legislação brasileira, atualmente, tem-se a Constituição Federal de 1988, também conhecida como constituição cidadã, que reconhece a criança como sujeito de direitos e a serem protegidos, em seu Art. 227 está prescrito que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, (...) com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde (...) além de colocá-los a salvo de toda forma de (...) violência, crueldade e opressão”. A lei 8.060, vulgo, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA), em seu Art. 2, entende que se é criança até doze anos de idade incompletos, já, no Art.5 que todas as crianças devem ser protegidas de toda violência e a quem não cumprir deve ser punido conforme a lei, ao ordenamento jurídico penal.

Em 2016, de maneira mais recente, foi criada a lei 13. 257, conhecida como o Marco Legal da Primeira Infância. Dessa forma, essa lei registra oficialmente que há subdivisão da infância, assim no Art. 2 “considera-se a primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos (...)”. Em síntese, essas são leis importantes na jurisdição brasileira que alcançam a todas as crianças de todos os estados, cidades, municípios, raças, etnias, gêneros, classes sociais, nascidas e residentes na República Federativa do Brasil.

Portanto, o caso do menino Henry Borel de 4 (quatro) anos de idade nos mostra que ainda existe a cultura da “invisibilidade” sobre as crianças menores, ou as que estão na primeira infância. Em uma reportagem no site Extra (2021 n.p), relatou-se que o pai de Henry suspeitava das agressões, pois a criança falava “o tio machuca” se referindo ao padrasto.

Ainda assim, a mãe e a avó materna alegavam que era “fruto da imaginação da criança”, e, corroborando com essa fala, a avó dizia ao pai para não dar importância ao menino dizendo “Leniel, esquece isso. (...) Ele está fazendo isso por causa da nova casa, pois ele não quer ficar lá (...)”. Neste relato, observa-se, portanto, que as queixas da criança foram ignoradas, demonstrando certo descrédito em relação ao que ela expressa.

Dessa maneira, nota-se que mesmo diante de conquistas adquiridas ao longo do tempo no que diz respeito aos direitos da criança e no reconhecimento dela como ser humano integrante da sociedade, ainda prevalecem comportamentos que não fazem jus a essa realidade. A criança é, novamente, portanto, colocada como alguém que não merece a devida atenção.

A violência intrafamiliar contra a criança

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002, p.17), violência é qualquer ato praticado deliberadamente contra o outro, a si mesmo e a um coletivo por meio do uso da autoridade, subjugando outrem, causando danos morais, físicos e emocionais temporários e/ou permanentes. Da mesma maneira, o Ministério da Saúde (2002) caracteriza que a violência física acontece quando alguém abusa de sua posição para subordinar o outro “por meio da força ou de algum tipo de arma que possa provocar lesões externas, internas ou ambas”.

Segundo Nunes e Sales (2016, p. 871-880), as formas de violência e/ou abusos contra crianças que dominam a relação entre a criança e o adulto agressor com maior frequência é a negligência. Os abusos psicológicos estão intrínsecos na violência física como também nos abusos sexuais perpetrados contra a criança. As agressões físicas e a violência sexual e intrínseca a essas violências está o abuso psicológico. Desse modo, a negligência, de acordo com os autores, é uma nuance da violência que envolve três aspectos “(...) cultural, social e econômico de cada família (...)”, ou seja, a interrupção do contato entre mãe e filho gera consequências negativas para a criança, uma vez que, a mãe representa uma figura importante para a criança que depende da figura materna para suprir suas necessidades básicas e emocionais.

O Ministério da Saúde (2002, p.17-20) entende a violência física quando alguém abusa de sua posição para subordinar o outro “por meio da força ou de algum tipo de arma que possa provocar lesões externas, internas ou ambas”. A violência sexual ocorre quando alguém, em posição de poder, submete a criança a toques, carícias em suas regiões íntimas, à exposição a conteúdos pornográficos, a diálogos de cunho sexual e a atos não consensuais, enquanto a violência psicológica se caracteriza tanto por fazer ou encobrir ações com o intuito de “causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa”, tais como: “insultos constantes; humilhação; desvalorização; chantagem (...)”.

Moreira e Sousa (2012) entendem a violência intrafamiliar como “toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica, ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família” (p.15), pois além de entender os tipos de violências e como se caracterizam é importante considerar como esses abusos refletem no comportamento da criança.

No caso de Henry Borel, citado anteriormente, o menino conseguiu verbalizar as agressões que vinha sofrendo com frases como: “o tio machuca”, “não quero voltar para casa da mamãe”, entre outras falas. Porém, o que ocorre com frequência é que muitas outras crianças não conseguem falar sobre o que está acontecendo, ou nem mesmo compreendem o que é um comportamento violento ou abusivo. Como lidar com crianças nessa situação?

É necessário estar atento aos sinais que elas demonstram, tais como: a mudança de comportamento. Para News (2019, n.p), “(...) uma criança agitada passa a ficar mais quieta, acuada. Ou uma criança alegre se torna triste e até agressiva. (...) alteração no sono (...), na alimentação. Outro possível sinal (...) é apresentar depressão, sinais de baixa auto-estima e deixar de confiar nas pessoas.”.

Por fim, é importante refletir como esses comportamentos perduram pelas gerações, pois, é notório que os comportamentos abusivos dentro do ambiente familiar acontecem em mais de uma família, em contextos sociais que não se restringem à classe baixa e a pessoas sem escolarização e nem a uma cidade ou país. Segundo Bittar e Nakano (2011, p.18), esses comportamentos advêm do processo de internalização cultural, condição socioeconômica, “assim, como fatores pessoais do agressor, destaca: ter presenciado a violência conjugal quando criança, ter sofrido abuso quando criança e consumo de bebidas alcoólicas e/ ou drogas”

As possíveis implicações negativas da violência intrafamiliar contra crianças na aprendizagem escolar.

Por volta do início do séc. XX, o país estava passando por mudanças de reorganização social com “(...) elevada taxa de mortalidade infantil e de delinquência juvenil”. O interesse inicial pela infância surgiu com um olhar de assistencialismo, de cunho higiênico das classes burguesas para com as pessoas de classe pobre, “(...) julgavam que o governo deveria intervir na sociedade e na vida familiar para proteger os menores e suas mães, sob o pretexto de assegurar a riqueza e o progresso da nação brasileira” (WADSWORTH, 2019)

Pensar na criança, hoje em dia, apenas pelo prisma de prover suas necessidades básicas é ignorá-la como um ser social, racional, emocional, por isso, as leis de proteção à infância entendem essa fase como importante para o desenvolvimento do indivíduo. Desse modo, segundo Crespi (2020, p.47), “(...)é durante a Primeira Infância que se inicia o

desenvolvimento das funções cognitivas superiores como a atenção, a memória, a linguagem, o planejamento e o raciocínio lógico".

Assim, os primeiros anos de vida é de suma importância para o desenvolvimento do cérebro, que engloba as funções citadas acima, por ser um período de alta plasticidade cerebral, assim a exposição das relações com os pares e com os adultos têm um papel decisivo e de longa duração na capacidade do indivíduo de aprender, de se relacionar socialmente e de regular suas próprias emoções.

Ademais, Crespi (2020) aborda sobre como a interação da criança com o meio, com seus cuidadores, e seus pares podem afetar significativamente no processo de evolução das “funções cognitivas superiores” que são a base para futuramente o indivíduo realizar ações mais complexas. Entende-se que é necessário abordar como a violência intrafamiliar afeta de forma negativa a fisiologia da criança, conseqüentemente prejudicando a área psicológica, social e cognitiva.

A violência intrafamiliar gera conseqüências negativas ao desenvolvimento do indivíduo, segundo Cuminale (2015, p. 81) “os fatores genéticos são decisivos, mas os estímulos externos recebidos durante os 36 primeiros meses da infância são cruciais na construção da arquitetura cerebral. (...). O cérebro da criança depende de experiências e interações para conseguir se desenvolver (...)”. Ou seja, seu cérebro está criando novas conexões a cada experiência que ela vivencia, por isso, a neurociência mostra através de estudos que a fase da infância sofre um desequilíbrio [...] neurobiológico e psicológico das vítimas, sobretudo, quando quem pratica a violência são pessoas que deveriam protegê-las [...] (FREITAS, 2009)

Cuminale (2015, p.85) afirma que:

A experiência negativa ativa o sistema de resposta ao estresse e produz substâncias que se tornam danosas ao organismo. A exposição prolongada ao estresse durante a infância está relacionada a um maior índice de derrame, infarto, diabetes e depressão na vida adulta.

O estresse tóxico, como é chamado pelos especialistas, também ocorre quando o pequeno recebe cobranças exageradas e ainda não possui maturidade para lidar com as demandas.

Desse modo, o convívio em um ambiente estressor pode gerar conseqüências “invisíveis” a curto, médio e em longo prazo. Estudos sobre o cérebro por imagem, segundo Cuminale (2015, p. 85) mostram as partes que são afetadas pelos estímulos externos estressores, tais como: o hipocampo, uma parte do cérebro responsável pela:

memória e ao aprendizado, pode ter seu tamanho diminuído. O estresse tóxico atrapalha a capacidade de adquirir novas informações (...). O córtex pré-frontal,

responsável pelas funções executivas avançadas, também é reduzido. A amígdala, que atua como reguladora das emoções e dos sentimentos, torna-se mais sensível. Em experiências de ressonância magnética, ela fica mais ativada para as situações de medo e raiva.

Assim, os estímulos que forem realizados e reforçados no meio, no qual, a criança vive durante a fase em que o cérebro está realizando numerosas conexões neurais, fica registrado de forma permanente, em suas estruturas, isto é, “[...] as experiências, tanto positiva como negativas, e estímulos de qualidade ou deletérios, vivenciados pelas crianças nos primeiros anos de vida deixaram marcas em seus cérebros quando adultas.” (CRESPI, 2020, p. 31). Portanto, Cuminale (2015, p.87) percebe que “embora o cérebro consiga se adaptar ao longo da vida, essa capacidade diminui gradativamente à medida que o tempo passa. O esforço fisiológico para aprender uma nova atividade é muito maior (...)” A desconstrução e a conscientização sobre os malefícios da violência intrafamiliar, como mostrado nos estudos escolhidos para a realização desse trabalho, é um processo intenso e de constante divulgação, seja utilizando os meios de comunicação, o uso de diálogos com as famílias e com a criança ou o adolescente que sofre a violência ou por meio dos mecanismos criados para garantir a proteção à criança.

Logo, a instituição escolar torna-se importante meio para abordar o enfrentamento à violência perpetrada contra a criança, uma vez que, por integrar e habitar no mesmo ambiente indivíduos com diferentes culturas, costumes, etnias, classes sociais e além de estar subsidiada pelo conhecimento científico, jurídico, político que proporciona aos integrantes escolares intervir em situações de violências, assim, observa-se no caso de Henry, por não ter ocorrido uma intervenção diante das agressões e suceder dúvidas e negações sobre as violências ocorridas contra a criança permitiram findar de forma trágica essa história com sua morte, no entanto, o caso Henry Borel é um entre tantos outros casos que terminam com a morte da criança, mas e aquelas que sobrevivem aos maus tratos? Segundo os estudos de Crespi (2021) e Cuminale (2015) a neurociência entende que existe a possibilidade de sequelas que atrapalhem o desenvolvimento no aspecto neurobiológico, social, psicológico e cognitivo da criança para toda a vida quando vivenciadas de forma recorrente.

Reflexões finais

“As crianças e os adolescentes têm todos os direitos humanos, não porque são “o futuro”, mas porque são seres humanos. Hoje.”

(UNICEF)

Neste estudo, fez-se uma reflexão sobre a violência intrafamiliar contra crianças no contexto intrafamiliar. Por considerar que toda forma de violência é, fundamentalmente, psicológica, optou-se por enfatizar o aspecto afetivo e simbólico dos abusos físicos, emocionais e sexuais. Pois, não existe violência física sem consequências profundas no sistema emocional e psíquico do ser humano. Foi considerado como “violência” tudo aquilo que fere a integridade do outro, desde os atos físicos mais brutais até aos atos mais sutis, como expor a criança a situações de humilhação, desvalorização, chantagem e toda relação de opressão.

O aprofundamento sobre o tema contou com a referência a estudos que mostram como a violência pode causar danos duradouros no indivíduo. Por um lado, a neurociência por meio de pesquisas e exames de imagens detectou que os primeiros anos de vida desde o útero são importantes no desenvolvimento humano, pois nesse período se constrói as conexões neurais que serão a base para ações futuras do indivíduo.

Por outro lado, estudos em documentos normativos nacionais e de entidades internacionais sinalizam a urgência das nações em construir mecanismos de proteção à infância. Isso se reflete na legislação brasileira: conforme o Art. 5 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Discutiu-se especificamente a violência intrafamiliar, pois ela é um mal que assola famílias, independente de classe social, etnia, cultura, país. Buscou-se evidenciar essa questão por meio de reportagens e casos concretos veiculados na mídia. Essa forma de violência se mostra intrínseca à dinâmica da sociedade e se intensifica quando se passa por uma transição de valores, em que ocorrem embates entre o velho e o novo. O caos social parece facilitar a ação de indivíduos que utilizam da sua posição de poder para dominar o outro, de forma imoral e antiética, para obter algo que se deseja desde o âmbito privado ao público, do micro ao macro, seja por meio da violência física, psicológica ou sexual, entre tantas outras formas de violência.

Por meio deste estudo, evidenciou-se o quanto é prejudicial à criança vivenciar de forma constante a violência no ambiente familiar. Verificou-se o quanto é importante proporcionar ao ser humano um ambiente estimulante, afetivo, com interações sociais significativas. O desenvolvimento subjetivo é resultado da inter-relação daquilo que o indivíduo traz geneticamente com o que vivenciará no ambiente em que vive, ou seja, “a criança se vale de disposições internas do desenvolvimento da espécie humana e se vale do que o meio lhe oferece como possibilidades para aprendizagem”. (Crespi, 2020, p. 57)

Por fim, o desejo de escrever sobre este tema surgiu do interesse em compreender, a partir da minha própria experiência de vida, como a violência sexual sofrida no âmbito familiar afeta o processo de aprendizagem da criança por toda sua vida escolar, com consequências no desenvolvimento de todas as áreas da biografia humana.

De fato, o percurso deste ensaio iniciou quando, somente aos vinte e dois anos de idade, consegui falar sobre os abusos sexuais que sofri na infância. Foi no espaço de diálogo que se abriu na faculdade, em uma faculdade de educação, que minha voz encontrou ressonância em tantas outras vozes aflitas. Então, percebi que outras pessoas haviam passado pelo mesmo que eu ou que conheciam pessoas que tinham sofrido o mesmo ato violento. Urgiu a necessidade de ressignificar o sentido de educação que envolvia os seguintes fatores: de que era preciso usar o cinto para “educar” e de que, para isso, “não havia conversa”.

Atuar no âmbito educacional é mais do que gostar de crianças, é lidar com seres humanos nos seus aspectos cognitivos, psicológicos, biológicos, é ensinar, é educar, é permitir ao outro ser ele quem realmente quer ser, é proporcionar àquele ser humano dentro da escola, da sala de aula caminhos, perspectivas, visão de mundo para além do que ele já conhece.

Educar é também um ato de afeto, de acolhimento, um espaço de cura para crianças e adolescentes que presenciam dentro de seu ambiente familiar, um lugar que deveria ser de acolhimento e que muitas vezes está longe de ser, pois proporciona a dor de não serem vistos, ouvidos, respeitados como seres que têm sentimentos, desejos, sonhos, gostos e quererem.

Se os estudos mostram que a violência intrafamiliar é prejudicial à criança tanto no momento em que se presencia a violência quanto à longo prazo, por quê não compreender a escola como lugar de afeto, acolhimento e, sobretudo, de enfrentamento a essa cultura que perpetua a violência?

PARTE III

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

“O amor é a emoção que constitui o domínio de condutas em que se dá a operacionalidade da aceitação do outro (...). Por isso, digo que o amor é a emoção que funda o social. Sem aceitação do outro na convivência, não há fenômeno social (MATURANA, 2002, p.24)

Em vários momentos durante o percurso na graduação eu pensei em desistir, pensei em não concluir por medo de que eu não seria capaz de entrar em uma sala de aula e assumir uma turma. Ao longo do curso, me questionava se estar em uma sala era somente ensinar a ler e a escrever, ensinar matemática, história ou geografia, no entanto, ao se tratar de lidar com pessoas eu entendia que era mais do que isso.

Ademais, os estudos que realizei sobre a violência intrafamiliar contra as crianças me fez perceber o quão são necessários esses questionamentos, pois as crianças que estão se encontram dentro de uma escola são seres humanos que precisam ser ouvidos, olhados, acolhidos e respeitados nas suas peculiaridades.

O curso de pedagogia me possibilitou, mesmo sendo um processo doloroso, iniciar um caminho de autoconhecimento, me proporcionou o exercício de praticar empatia e com tudo isso, um sentimento de esperança.

Com a aquisição da conclusão do curso de pedagogia, espero proporcionar de algum jeito às pessoas presentes no ambiente educacional o acolhimento que recebi dos professores na minha graduação, seja atuando dentro de uma sala de aula por meio de um concurso público, ou em uma escola particular, projetos sociais. Espero, ainda, ingressar em um mestrado para dar continuidade a essa pesquisa, fazer capacitações, cursos que me permitam cada vez mais entender o problema em estudo, para proporcionar às crianças a oportunidade de serem autônomas de seu próprio desenvolvimento e aos pais o acesso a caminhos diferentes sobre o que é educação.

Penso que posso estar romantizando a educação e criando expectativas sobre as reações das pessoas ao se depararem com o pensamento de querer mudar estruturas mentais enraizadas, mas acredito que a educação é um caminho de transformação, portanto “[...] Não há educação libertadora se não pensamos em que há algo a se libertar, não há educação transformadora se não há um desejo e possibilidade de uma mudança social.” (GIL, 2014, p. 3)

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro, 1978.

BARCELLO, Renato. Caso Henry Borel: Entenda as suspeitas e os últimos desdobramentos. **CNN Brasil**. São Paulo, 13 de abril de 2021. Disponível em: <cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

BORGES, Rodolfo. Escolas classe do Plano Piloto veem números de estudantes diminuir a cada ano. **Correio Braziliense**. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br>>. Acesso em: 13 de julho de 2021

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br.br>>. Acesso em: 13 de junho de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica - nº 8. Série A – Normas e Manuais Técnicos; nº 131**. Disponível em: <<https://bvsmms.saude.gov.br>>. Acesso em 8 de junho de 2021.

BRASIL. Ministério da mulher, da família, e dos direitos humanos. Ouvidoria nacional de Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos**. Relatório, 2019.

CESAR, Julio. **A polêmica em torno do conceito de Estresse**. Publicado em *Psicologia Ciência e Profissão*, 1999, p.40-51. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 12 de junho de 2021.

CRESPI, Livia R. S. **A primeira infância na perspectiva da neurociência: contribuições para a formação docente**. Ponta Grossa –PR: Editora Atena, 2020.

CUMINALE, Natalia. Uma bela sinfonia pueril. **Revista Veja**. [s.l], n.2, 2015, p. 81-87. Disponível em: <<https://www.amavi.org.br>>. Acesso em: 13 de julho de 2021.

‘Não é coisa da minha cabeça’, disse pai de Henry à ex-sogra durante chamada na qual menino relatou agressões. *Extra*, [s.l], abril de 2021. Disponível em: <<https://extra.globo.com>> . Acesso em: 20 de julho de 2021.

FREITAS, Viviane. **Autorregulação da aprendizagem em crianças no contexto da violência intrafamiliar**. Dissertação de Pós Graduação - Universidade da Paraíba, Departamento de Psicologia, 2017.

GIL, José.V. Violação sexual de menores em Moçambique: impunidade ou defesa de tradições. **VI congresso ALAP**, Lima Peru, 12 a 15 de agosto de 2014.

MOREIRA, Maria SOUSA, Sônia. **Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública**. O social em Questão, n. 28, p. 13-25, 2012.

LANG, Marina; CERQUEIRA, Sofia; SAMPAIO, Jana. Polícia conclui: Jairinho e mãe de Henry são culpados por morte do menino. **Revista Veja**. [s.l], 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br>>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

LANG, Marina. Babá narrou tortura de Dr. Jairinho em tempo real para a mãe de Henry. **Revista Veja**. [s.l], 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br>>. Acessado em: 20 de julho de 2021.

MATURANA,R. Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte-MG. Editora UFMG, 2002. 3ª reimpressão.

MATTOSO, Kátia. Q. O filho da escrava (em torno da lei do ventre). **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 8, n. 16, p.37-55, 1988. Disponível em: <<https://www.anuph.org>>. Acesso em: 13 de julho de 2021.

NUNES, A. J.; SALES, M. C. V. Violência Contra Crianças no Cenário Brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 3, p. 871-880, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n3/1413-8123-csc-21-03-0871.pdf>>

O QUE É uma cidade-satélite?. Associação **Nova Escola**, 2021. Disponível em: <<https://novaescola.org.br>> Acesso em: 15 de julho de 2021.

PAGNI, Pedro Angelo. Infância, arte de governo pedagógico e cuidado de si. **Educ. Real**. Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 99-123, 2010. Disponível em: <https://www.urfgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 13 de julho de 2021.

REINACH, Sofia; BURGOS, Fernando. Adolescentes no Brasil: a urgência da parceria entre educação e segurança pública. *in:BRASIL. Anuário brasileiro de segurança pública*, 2021. [s.n], parte 8, p. 215-239.

SANTOS, Leidiene. F. et.al. **Fatores que interferem no enfrentamento da violência infantil por conselheiros tutelares**. Rio de Janeiro, v.43, n.120, p.137-149, 2019. *Saúde Debate*, DOI: 10.159/0103-1104201912010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/zvc6Lx9LXYMz4qzzsrL56sd/?lang=pt&format=pdf>>